

EDUCAÇÃO, EMPODERAMENTO SOCIAL E FEMINISMO NEGRO

Adriana Lessa Cardoso ¹

RESUMO

Este estudo, busca compreender sobre o racismo e o sexismo na contemporaneidade, versa sobre a colonialidade e suas mazelas para a sociedade. No processo de elaboração de tese trilhou-se uma articulação entre aprender, desaprender e aprender em relação a cultura étnico-racial. Sueli Carneiro (2003), sabiamente nos ensina que precisamos enegrecer o feminismo, além de repensar as práticas de branquitude que nos atravessam cotidianamente. Desse modo, é importante destacar que ainda vivemos a colonialidade, e, uma condição de subalternização, revestida de missão civilizatória, e não se pode enganar com o iluminismo e a modernidade, sua implementação carrega as marcas da dominação, da natureza e das mulheres e homens. A metodologia utilizada é de revisão teórica com pesquisadoras/es dedicados a temática dos feminismos negros, de(s)colonial e crítico, tendo como pressuposto que as mulheres negras e não brancas são as pessoas que mais sofrem opressões e discriminações. Assim, busca-se elementos cotidianos para dialogar frente ao racismo e ao sexismo, presente nos meios de comunicação, midiáticos e educacionais. Conclui-se refletindo sobre a importância da interseccionalidade como conceito analítico aos efeitos combinados de, gênero, raça e classe entre outras formas de identidade usadas para discriminar e oprimir. Além disso, aponta-se sobre a necessidade da participação de mulheres em espaços de empoderamento social, para desconstruir práticas racistas, patriarcais e classistas em espaços educativos.

Palavras-chave: Feminismo, Antirracista, Interseccionalidade, Descolonial.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca refletir sobre o ato de pesquisar e educar na perspectiva descolonial, sobre as aprendizagens necessárias em relação ao racismo, feminismo negro e de mulheres não brancas. O estudo, é parte do processo de doutorado, que implica em pesquisar e aprender uma educação transgressora, popular e feminista e assim, aprender, desaprender e aprender em relação a cultura étnico-racial. Sueli Carneiro (2003), sabiamente nos ensina que precisamos enegrecer o feminismo, além de repensar as práticas de branquitude que nos atravessam cotidianamente. Por muito tempo não pensei sobre o assunto, era naturalizado o racismo e nem percebia a sua avassaladora existência. Ao iniciar os estudos sobre divisão sexual do trabalho, notei que a Socióloga brasileira Heleieth Saffioti, utilizava ao lado do gênero e da classe social a expressão raça. A autora propunha uma noção integrada e global de diferentes elementos como forma de discriminação

¹ Graduada em Geografia Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Doutora em Educação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – PPGE/UFPeL, adrianalessacardoso@gmail.com.

O capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero, linguagem aqui considerada inadequada. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas (SAFFIOTI, 2013, p. 126).

Ao tomar contato com essa literatura, ainda no período da graduação, passei a utilizar nos escritos acadêmicos ‘gênero, classe e raça’, mesmo assim, pouco me sensibilizava, o racismo e as condições de classe social, pois estavam tão naturalizados que parecia não me atingir diretamente. Por estar mais envolvida com os estudos sobre gênero, percebia apenas o moralismo em relação a sexualidade das mulheres e a objetificação de seus corpos. Contudo, nunca ouvi das/dos moralistas que era imoral uma mulher negra e nua sambando na televisão em diferentes horários. Foi com este exemplo, comecei perceber o racismo, e o que a Saffioti (2013), queria dizer ao expressar sobre a interação gênero, classe e raça, pois não era apenas uma mulher sambando nua por ocasião do carnaval, mas sua cor de pele relacionada à erotização e, assim aos estereótipos da “mulata tipo exportação”.

É importante destacar que não vejo problema com corpos nus, que expressem as suas sexualidades e suas vontades individuais, mas quando mulheres são objetificadas, tendo seus corpos banalizados e colocados a serviço do patriarcado e do neoliberalismo, neste sentido, precisamos resistir, denunciar e que as Deusas me livrem do moralismo barato. Esse exemplo da Globeleza é um marco, pois a presença de pessoas negras na televisão normalmente é veiculada com erotização dos corpos, trabalho doméstico, criminalidade, entre outros, ainda que pequenas mudanças vêm ocorrendo, ainda permanece o estereótipo racista diante da pouca ou nenhuma representatividade de mulheres pretas e indígenas. Lélia Gonzales (1982), considera que as mulheres negras, além de todas as atividades de trabalho, mais as atividades domésticas, cumpriam a função de escrava sexual. As opressões em si já são difíceis de ser percebidas, mas quando ‘sobreposos’ ficam bem mais difíceis, visto as relações de poder que se estabelecem entre grupos oprimidos.

O texto se divide em: teorizando por um mundo antirracista, onde aprofunda-se teoricamente os exemplos de racismo e sexismo, que são naturalizados em nossa sociedade. Após através da metodologia, busca-se explicitar os métodos utilizados, versa sobre uma revisão teórica com pesquisadoras/es dedicadas a temática antirracista e feminista, tendo como pressuposto que as mulheres negras e não brancas são as que mais sofrem opressões de gênero,



raça e classe. Por fim, as considerações finais, que tem por objetivo uma síntese do desenvolvimento.

Teorizando por um mundo antirracista

Para Lélia Gonzales, no Brasil, a luta por liberdade se inicia muito antes da formalidade da Lei Aurea, que foi uma formalidade jurídica, a luta por liberdade permanece até hoje e as mulheres negras e indígenas são testemunhas vivas desta exclusão social. A autora também considera que o feminismo vem desempenhando um papel fundamental na sociedade, ao centralizar suas análises em torno da concepção do capitalismo e do patriarcado e graças ao feminismo o mundo não foi mais o mesmo, ainda que os direitos das mulheres não foram conquistados plenamente. Contudo, não sucedeu da mesma forma em relação ao carácter racial, mesmo que a discriminação do racismo e de gênero tenha uma matriz biológica como fundamento.

Tomo o exemplo de definição do feminismo: ele consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou Índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo. (GONZALES, 1982, p. 41).

O racismo, o machismo, as desigualdades de classe negam nossa humanidade, assim o feminismo perde força por não enfatizar a raça e a classe como categorias centrais de análise. Silvia Federici (2017), afirma que parte das opressões das mulheres ocidentais se iniciaram no período de caça às bruxas, este foi um acontecimento mais importante do desenvolvimento capitalista e de formação do proletariado moderno. Assim a caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja a existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista.

Essa realidade, ainda é muito presente na nossa sociedade e o poema de Victoria Santa Cruz ‘me gritam negra’, de 1960, é um grito de esperança, um grito de liberdade para as mulheres negras, indígenas e não brancas. A representatividade de mulheres e homens racializadas/os na televisão, cinema, literatura, ciência, entre outros espaços é mínima. Normalmente, protagonizam papéis de empregadas domésticas e escravas, naturalizando a subalternidade de sua cor de pele. Já as pessoas indígenas praticamente são inexistentes nestes espaços. A antropóloga e cineasta Milena Manfredini, em entrevista para o Jornal O Globo,

discute a importância da representatividade, ao afirmar que a maioria da população brasileira é composta por negras/os, mas ainda é minoria nos cinemas, mostrando o contraste racial no país

É nesse sentido que o feminismo antirracista tem contribuído para o enfrentamento das interações entre racismo, sexismo e classe. Mercedes Jabardo (2012), possibilita uma aprendizagem sobre o racismo ao desenvolver uma narrativa histórica sobre o feminismo negro estadunidense e britânico. Essas “comparações” ajudam a entender as diferenças teóricas e espaciais de como em diferentes territórios ocorrem as mesmas opressões. Outro aspecto que chamou a atenção no artigo da autora, foi sobre o surgimento do feminismo eurocêntrico e imperialista, marcado pelo pensamento iluminista, moderno ocidental, que o faz se distinguir do feminismo negro, este que surge em um contexto escravista. O primeiro tem a escrita como meio de “divulgação” e o segundo, as narrativas orais, os púlpitos das igrejas, como meio de resistência. Portanto, há muito tempo, as mulheres negras e não brancas resistem ao racismo e ao patriarcado, contudo suas histórias de vida e resistência pouco aparecem.

De acordo com Curiel (2007).

Las producciones de las feministas en mayoría de los casos no forman parte de las bibliografías consultadas, se siguen desconociendo los grandes aportes de esta teoría y práctica política para una nueva comprensión de la realidad social. A lo sumo, cuando lo hacen las referencias son las mujeres blancas de países del Norte (CURIEL, 2007, p. 94).

Sem dúvida, posso afirmar que precisamos do feminismo, mas qual feminismo? O feminismo descolonial propõe uma revisão epistemológica das teorias eurocênicas e imperialistas, a consciência das violências e processos de opressão e discriminação produzida pela colonialidade, faz surgir um novo meio de reflexão crítico ao poder colonial. (OCHY, 2007; MIÑOSO, 2009). Essa consciência crítica da colonialidade, vem somando forças com os pensamentos e teorias dos feminismos negro, indígena, popular e comunitário. Vem articulando a interseccionalidade e a colonialidade, do poder, do ser e do saber, para visibilizar outros paradigmas científicos, caracterizados por não serem do conjunto: universal, branco, eurocêntrico e imperialista. Para superar as profundas desigualdades, de acordo com Miñoso (2009), não podemos continuar apenas com programas compensatórios e políticas pontuais, promovidos por mulheres de classe média e supremacia branca. Não podemos e não queremos manter a colonialidade do feminismo, por isso, é importante abandonar a dependência da ideologia do feminismo liberal e universal e suas pautas totalizadoras.

De acordo com Miñoso:

La ‘violencia epistémica’ es tal que la mujer del tercer mundo queda atrapada doblemente por la colonización discursiva del feminismo de occidente que construye a la ‘otra’ monolítica de América Latina y por la práctica discursiva de las feministas de sur, quienes, estableciendo una distancia con ella y, al mismo tiempo, manteniendo



una continuidad con la matriz de privilegio colonial, la constituye en la otra de la Otra (MIÑOSO, 2009, p. 318).

Como podemos pensar em ‘liberdade’ para nossos corpos, se por vezes nos alinhamos com um feminismo que busca uma mulher ideal, diferente das necessidades do corpo concreto racializado, empobrecido, colonizado, vulgarizados por estereótipos. Buscando uma consciência crítica, Lélia Gonzales (1982), em seu artigo a ‘Mulher negra na sociedade Brasileira’, faz uma outra leitura da história, agora o olhar histórico reconhece o racismo e busca explicá-lo a partir dos corpos racializados. A autora desmistifica a democracia racial e a generosidade dos senhores e senhoras escravistas. Por exemplo, a expectativa de um escravo produtivo não ultrapassava 10 anos, após, seus senhores concediam libertação devido à invalidez precoce. Essa situação explica a Lei do Sexagenário, desmascarada como um abandono e não como generosidade do escravocrata.

Gonzales (1982), ainda aprofunda a concepção sobre a população negra como exército de reserva e uma massa marginal do setor do trabalho hegemônico; bem como, os estereótipos da mãe preta, aquela que aceitou a submissão, integração e harmonia racial para mascarar o racismo; e mais, a ideia de negar o racismo para ocultar a exploração da mulher negra pela mulher branca, pois as mulheres negras, além de todas as atividades domésticas e de escrava sexual, ainda sofriam com o rancor das sinhazinhas, devido ao ciúme com seus maridos (GONZALES, 1982) Sobre o rancor das mulheres brancas, o filme “12 anos de escravidão”, dirigido por Steve McQueen (EUA, 2013), mostra bem a relação de desejo, dominação e violência do senhor com sua escrava, e tudo acontecia sob o olhar da senhora, que ao invés de apoiar a outra mulher em situação de fragilidade social, sentia ódio e torturava mais ainda a outra mulher.

Ângela Davis (2016), também nos ajuda a compreender as situações de subalternidades e condição de não humanidade que mulheres negras foram submetidas, sendo elas antes de tudo “uma escrava”, isto é, estando na condição de não humanidade, como trabalhadora em tempo integral. Condição diferente da ideologia imposta para mulheres brancas, serem mães dóceis e amáveis. Além disso, as mulheres negras tiveram seus direitos reprodutivos, sua sexualidade, o direito ao matrimônio aniquilados pela ideologia escravagista. Segundo Davis:

Aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumento que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p.19).



Essa vivência histórica produz mulheres com marcas profundas que atravessam gerações. A autora traz à tona as dores, mas enfatiza as resistências a um sistema de dominação capitalista, escravocrata, portanto racista e colonialista. Marcar as diferenças entre mulheres negras, não brancas e brancas, é importante para toda vez que usarmos a categoria mulher, tenhamos em mente sua função política, mas nunca com objetivo de universalizar a categoria mulher, pois as diferenças construídas historicamente são profundas. Vilma Piedade (2017), antes de apresentar seu conceito de dororidade, pergunta: “Será que a sororidade dá conta para as mulheres negras?” Afinal, o movimento feminista aponta para o caminho da irmandade e da união, contudo, não é uma equação simples de se fazer, as marcas da escravidão e da apropriação das terras indígenas, exigem mais do movimento feminista, por isso, a dororidade carrega em seu sentido a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo, contudo quando se trata de mulheres negras têm um agravo nesta dor, a pele preta ainda continua sendo a mais barata do mercado (PIEADADE, 2017).

Patricia Hill Collins (2012), é categórica ao afirmar, “enquanto tiver mulheres negras sendo oprimidas seguirá sendo necessário o ativismo em resposta à opressão”. Se por um lado, têm-se as promessas de liberdades individuais, igualdade social para todos, por outro lado, persistem a realidade das diferenças por grupos baseadas na raça, classe, gênero, sexualidade. Neste mesmo artigo, a autora provoca uma reflexão sobre as diferenças e sobreposições do feminismo negro em diferentes países. Não só o feminismo negro, mas as diferenças que marcam as próprias mulheres, suas histórias de vida ocorrem em espaços-tempos diferenciados, conforme se deu o processo de colonização.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2003), em seu artigo “Entre o próspero e o Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade” apresenta uma perspectiva sobre a ambiguidade de Portugal, por ser um país que carrega uma identidade de colonizado e colonizador. As diferenças de colonização de Portugal com sua hibridez que se diferencia da anglo-saxônica, esta, de extrema polarização. Assim, as diferenças se perpetuam, pois o português colonizador contém em si mesmo a identidade do colonizador. Mesmo, o nosso colonizador carrega a imagem da incompetência, da preguiça, da corrupção e da mestiçagem, neste sentido, que Santos (2003, p. 25), afirma que “O subdesenvolvimento do colonizador produziu o subdesenvolvimento do colonizado, uma dupla condição”.

A colonização e a colonialidade do poder no Brasil, têm suas especificidades, visto as identidades subalternizadas, as ambiguidades produzidas de amor e ódio ao outro. É neste sentido, que o autor afirma que Portugal se encontra nos dois lados do espelho, enquanto colonizado e colonizador. O dualismo provocou dificuldades em saber em qual lado estava o

colonizador português. Isso, não apaga os horrores da dominação e subalternização dos Portugueses, enquanto um povo colonizador, mas complexifica os dualismos entre bom e mau, amor e ódio, colonizador e colonizado (SANTOS, 2003). Talvez, por isso, tivemos o mito da democracia racial, uma dissimulação do racismo, outro olhar sobre a colonização. Mas o que fica é uma colonização perpetuada na nossa economia, na cultura e na política, e o risco do colonialismo interno está sempre nos assombrando. Vejamos a atual conjuntura política de extrema direita, com seu discurso colonizador, e a tentativa de manter o status quo das elites que se constituíram nesse processo de colonialidade. Freire (1983) discorre sobre o mito da ordem opressora, ou seja, uma ideologia dominante e opressora.

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem deixá-lo e procurar outro emprego. O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito de que mulheres e homens que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica. O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e o dos que conseguem nela permanecer é irrisório (FREIRE, 1983, p.163-164).

Como escapar dessa estrutura se muitas vezes estamos mergulhadas, as vezes avançamos alguns passos, mas logo vem uma avalanche conservadora que pode nos custar décadas (sendo otimista) de retrocesso? A resposta ainda não é possível, mas sabemos, com base nos estudos freireanos que o caminho do fatalismo em nada contribui. Freire, aponta para uma consciência crítica, que fortaleça uma práxis. Pensamos que esse é um dos melhores caminhos a serem trilhados, tendo a pedagogia popular enquanto um projeto de subversão, partindo da práxis, diálogo, reconhecimento de ser condicionado, coerência, criticidade, bom senso, humildade, ética e estética, entre outros de seus ensinamentos. “Nenhuma cultura no mundo permaneceu intacta perante a modernidade europeia. Não há, em absoluto, como estar fora deste sistema” (GROSGOUEL, 2008, p. 137). Ainda vivemos a colonialidade, e, uma condição de subalternização, revestida de missão civilizatória. Não podemos nos enganar com o iluminismo e a modernidade, sua implementação carrega as marcas da dominação, da natureza e das mulheres e homens. O autor, destaca um emaranhado e complexo sistema, “sistema-mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno”, que deve ser compreendido pelo viés da economia e da cultura, não dando mais para separar essas facetas sociais (GROSGOUEL, 2008).

As sombras dos avanços civilizatórios vêm produzindo injustiças e privilegiando projetos imperialistas, colonizadores, degradadores, racistas e sexistas e se espalhando no mundo, é bem provável que para enfrentar essas forças sem aniquilá-las, mas sim apropriar do

que foi acumulado e não distribuído à maioria que se tornou resto. Assim, precisamos de uma epistemologia não eurocêntrica, que negue a exclusão promovida pelo sujeito universal, branco, masculino e heteronormativo.

Processos investigativos de auto-formação

Esta é uma pesquisa qualitativa em educação na modalidade teórica e com delimitação nas histórias de vida especialmente na vertente autobiográficas e reflexivas. Diferente das pesquisas advindas das áreas naturais e exatas onde se busca a estrutura permanente, as leis invariáveis e relações causais explicativas, a pesquisa qualitativa se empenha em mostrar a complexidade, as contradições e relações sociais. Além disso, busca compreender o sentido que as pessoas dão aos seus atos em seus contextos de vida (CHIZZOTTI, 2001). Por isso, de acordo com as características das referidas pesquisas o presente estudo se aproxima de duas modalidades, combinando-as para construir seu método. A pesquisa teórica, neste caso trata de compreender os referenciais bibliográficos, porém não a exaustão, visto que, não poderia ser realizado no espaço deste artigo.

Para dar sentido a delimitação e a seleção de autoras e obras, o estudo buscou justificativas nas pesquisas feministas antirracistas, encontrando-se amalgamadas com o método do ciclo gnosiológico, aprender, ensinar e pesquisar de Paulo Freire (1996, 2006). Ao se tratar de uma pesquisa em educação se baseia no diálogo, na compreensão e no conhecimento comum. Neste sentido, as histórias de vida fornecem informações que permitem relacionar o processo de vida das pessoas com o processo social que se desenvolve. Esta modalidade de pesquisa tem a virtude de motivar aos leitores, instando-os a procurar em outras fontes que amplie seus conhecimentos sobre situações ou fenômenos a respeito do tema em questão (SORIANO, 2004).

As pesquisas autobiográficas possibilitam uma práxis política com intenção de autoformação, em que a percepção de si no mundo pode produzir novas formas de compreensão e transformação das “práticas educativas”. De acordo com Delory-Momberger (2012), a narrativa de si adquire uma centralidade social, fazendo, assim, uma combinação entre o individual e o social. Para a autora o dualismo entre o social e o individual são duas faces indissociáveis da atividade biográfica. Os contextos sociais que cada indivíduo experimenta não produzem um esquema determinado de vida, ao contrário é construído geograficamente, historicamente e socialmente. A família, a escola, contexto geopolítico, acesso ao conhecimento, os grupos sociais vão propiciando maneiras de ser no mundo, as vezes conscientemente, mas muitas vezes inconscientemente. A biografia é uma experiência de si para o



mundo, um olhar-se crítico e com tomada de consciência ao narrar as nossas histórias de vida e como as compreendemos.

Educação feminista, antirracista e anticapitalista

Entendo a importância dos movimentos civis organizados e principalmente, os que buscam descolonizar, a partir da tomada de consciência crítica. Visto que precisamos combater as desigualdades de classe, ao mesmo tempo interseccionalizar a luta, pois só a classe não pode promover a descolonização, uma leitura ortodoxa sobre a classe pode promover um entrave para uma análise e ação mais complexa. E, é neste sentido, da interseccionalidade, que as teorias dos feminismos antirraciais vêm contribuindo com o processo de descolonização e despatriarcalização. Desse modo, novamente retorno à máxima proferida por Sueli Carneiro: precisamos enegrecer o feminismo. Sim, precisamos colocar cor no feminismo, como também outras formas de interseccionalidade (gênero, raça, classe, sexualidade, idade, (ideal de mulher (magra ou gorda) (bonita ou feia)), entre outras formas de estereótipos que marcam nossas identidades para oprimir e discriminar. Pois não podemos mais aceitar a objetificação de mulheres racializadas, bem como também sua falta de representatividade nos espaços sociais, ou usa-las como moeda de apropriação liberal, que bem fazem com as pautas feministas e de movimentos sociais ambientalistas.

Podemos afirmar o movimento feminista, movimento negro, cultura indígena, LGBTQ+ ou seja, os movimentos de minorias majoritárias não encontram espaço de diálogo e protagonismo nas escolas, universidades e de formação profissional. A ausência de suas histórias, suas teorias e metodologias científicas podem ser percebidas nas datas comemorativas, isto é, o dia da mulher, dia do índio, dia da consciência negra (LIRA e DOMINICO, 2018). Essas datas comemorativas não refletem o objetivo real de luta e resistência, apenas reproduzem uma lógica capitalista da comercialização. Superar profundas desigualdades não condizem com ações pontuais, requer um trabalho coerente e profundo, que implique em um processo de comprometimento do conhecimento científico com a comunidade escolar, desde a formação de professores, técnicos e servidores. Tais atividades pontuais feitas cheia de boas intenções não chega a perturbar e a desconstruir a lógica opressora e muitas vezes reforça o caráter de uma identidade estranha e marginalizada.

Podemos citar o dia internacional das mulheres, que tem sua origem na luta de mulheres trabalhadoras, mas ao longo dos anos foi sendo apropriada pelo neoliberalismo, produzindo uma perversa relação com o consumismo e celebração pontual. As mulheres passaram a receber presentes, mas no dia 8 de março, em 2017, houve uma virada, mulheres no mundo todo,



repensam e realizam a maior greve internacional de mulheres, com o slogan “Se nossas vidas não importam que produzam sem nós”, desde aí mulheres engajadas com o feminismo passam produzir um 8 março que ecoa o ano todo, realizam atividades de formação e conscientização sobre as desigualdades de gênero, exigindo respeito o ano todo e não flores por um dia. Ao falar de educação formal e não formal considera-se a necessidade de explicitar que não são sinônimos, muito menos antagônicas. Gohn (2010), afirma seu caráter de complementariedade. A educação formal se relaciona diretamente com a escola enquanto instituição, a educação não formal se alinha com o lugar de pertencimento, atua na comunidade, fortalece movimentos sociais para exigir políticas públicas, em diversas áreas.

Chegando ao final, existe duas categorias centrais para pensar a educação feminista antirracista, uma delas é o diálogo e a consciência crítica. Se realmente educadoras/es querem uma transformação social, devemos ter o diálogo como ferramenta metodológica, esse diálogo com base em Paulo Freire é uma relação horizontal, nasce de uma relação crítica e nutre-se de amor, da humildade, da esperança, da fé e da esperança. É quando os polos se fazem críticos em busca de algo (FREIRE, 2002). O diálogo e a consciência crítica segundo Freire (2002) devem articular o pensamento científico e o senso-comum, evitando o basismo e o elitismo. Isto é, o conhecimento passa pelo senso-comum, não ignora, e, sim, respeita. Neste sentido, aprofundamos questões. Nossas/os alunas/os, até nós professoras/es temos alguns conhecimentos prévios e entendimento do mundo, esse conhecimento precisa ser considerado, para sair de uma consciência ingênua e avançar para uma consciência crítica (2003). Sem impor a ideologia dominante, as verdades absolutas e um ponto de vista único. O respeito aos saberes populares se insere num horizonte do contexto cultural.

Considerações finais

Considerando a perspectiva teórica feminista antirracista e descolonial não devem ser dissociadas do contexto social, nesse sentido, podemos pensar que a participação de mulheres nos movimentos sociais requer coletividade e uma identificação de necessidades comuns, trocas de saberes para alcançar o fortalecimento da autonomia, criar condições de pensar sobre sua condição no mundo, sua cultura criada e recriada numa lógica masculinista. A participação das mulheres em práticas transformadoras e o modo que historicamente se organizam tem uma forte relação com os problemas de invisibilização, discriminação e desvalorização social do feminino e da raça. A necessidade de participação em coletivos auto-organizados, conselhos ou outros meios de articulação coletiva é condicionada a vários fatores, como por exemplo, o combate à pobreza, à precarização do trabalho, às violências cotidianas de gênero entre outros, todos esses



frutos do patriarcado, que de certa forma, estruturou as opressões. Assim, entendo que a participação em si já é uma resistência ao patriarcado e ao racismo, pois o que leva a atuação nos movimentos sociais é a consciência crítica das opressões e discriminações.

Por fim, considero que estudos sobre feminismo antirracista, é de suma importância para a formação de professoras/es, visto que necessitamos visibilizar a temática para não reproduzir práticas racista, misóginas, homofóbicas e transfóbicas e classistas, tão comum nos espaços escolares. Tais práticas, muitas vezes velada e que só a partir da conscientização, problematização e diálogo podemos eliminar e produzir uma escola cidadã para todas/os com equidade.

A formação de professoras/es implica em um desafio as inovações pedagógicas, os temas relevantes para a humanidade, e a ideia de que não nos emancipamos sozinhas/os. O diálogo é essencial para esse processo de ensinar e aprender, como um ciclo que não tem um fim, mas um processo de devir a ser. A formação de professoras/es para uma educação não sexista, classista e racista deve questionar conformismos, verdades estabelecidas, fragmentação do pensamento e passar a contextualizar a historicidade e a geopolítica do conhecimento. Desse modo, produzindo uma outra educação mais inclusiva, afetiva, democrática e que transite do singular ao universal, sem naturalizar as opressões e discriminações.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento contribuições do feminismo negro. **Revista Estudos Avançados**. 2003, p. 117-132.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JARBADO, Mercedes (ed). **Feminismos Negros: una antología. Mercedes Jabardo y Traficantes de Sueños**. 2012, p. 99-134.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. Colômbia: **Universidad Central Colômbia**, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: **Cortez**, 2001.

DAVIS, Ângela. Mulheres, classe e raça. São Paulo: Boitempo editorial. 2016.

DELORY_MOMBERGER, Christine. Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto. São Paulo: **Paulus**, 2008.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Revista Diálogos Latino-americanos**. v. 10. 2005.



FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: **Elefante**, 2017.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. p. 27. 6. ed. - São Paulo: **Atlas**, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: **Cortez**, 2010.

GONZALES, Lelia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ, Mondel (org). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. **Coleção tendências. Ed. Gral**, 1982, p. 89-104.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008, pp. 115-147.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: **Paz e Terra**, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: **Paz e Terra**, 2003.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; DOMINICO, Eliane e MARTINS Lilian. Currículo e planejamento na Educação Infantil: datas comemorativas em debate. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 23, n. 1, p. 137-153, 2018.

JABARDO, Mercedes. Construyendo puentes: em diálogo desde\com el feminismo negro. In: Feminismos Negros: una antología. **Mercedes Jabardo y Traficantes de Sueños**. 2012, p. 27-54.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. 3ª ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban Colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos – CEBRAP**. N. 66, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: **Cortez**, 2010, pp. 31-83.

SORIANO, Raúl Rojas. Manual de pesquisa social. Petrópolis: **Vozes**, 2004.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Tejiendo de outro modo**. p. 309-324.

PIEIDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo, **Editores Nós**, 2017.